

# Atravessando a pinguela

economia Brasil

LUIZ PAULO HORTA

A crise brasileira vive um momento delicado, porque ela não é só uma crise econômico-financeira: é também uma crise de expectativas. Se acreditarmos nos que dizem que não há nada a fazer, e que esta é uma época a ser riscada do mapa, realmente não haverá energia ou espaço para fazer o que precisa ser feito.

Sem minimizar a gravidade da situação, pode-se alinhar algumas razões pelas quais este não é o pior dos mundos, e não foram inúteis os quatro anos em que o Plano Real esteve forte e vivo.

A primeira delas já foi mencionada várias vezes: debelando a inflação — que é como retirar a fumaça acumulada num quarto — o país pôde enxergar com clareza onde estão os pontos de estrangulamento da economia. Que quase se resumem a um ponto (como estão descobrindo, um a um, os novos governadores): um setor público que gasta mais do que arrecada, e que, portanto, é levado a “contratar” inflação, ou a pagar juros escorchantes, sendo um tomador de dinheiro que não inspira confiança.

A gritaria de agora vem da verdade finalmente revelada: o Estado brasileiro, seja no plano federal, no estadual ou no municipal, acostumou-se a viver acima dos seus meios. Essa mágica era possível porque havia inflação. Com a volta da inflação, volta a mágica? Este seria um raciocínio criminoso. O repique inflacionário a que estamos assistindo tem de ser

combatido e contido, ainda que o preço disso seja alto. É condição inarredável para que haja crescimento verdadeiro.

Ponto número dois: a cena dramática de agora é o resultado do que pediam gregos e troianos — o fim da sobrevalorização do real. Houve erros na condução dessa mudança? Tudo indica que sim. Ela poderia, supõe-se, ter sido feita mais cedo, com menos custos e muito menos estragos. Por que isso não foi fei-

to, depois do colapso da Rússia? Por que as eleições se aproximavam? Por que a história dos “grampos” no BNDEs criou muita turbulência? Seja como for, a passagem do câmbio administrado para o câmbio flutuante é um salto no escuro, como acabamos de ver. Não é uma decisão fácil de se tomar.

Dado o salto, estamos na condição de outros países emergentes que passaram por essa mesma peripécia. O Brasil não é um caso único de incompetência governamental: vive a sina das economias que não inspiram confiança, porque não se chamam Suíça, Inglaterra ou Alemanha.

Fala-se na necessidade de pôr um freio ao giro frenético dos capitais. Enquanto isso não acontece, o mar é altamente perigoso para peixes pequenos — ou para economias sem fundamentos sólidos como a nossa.

O que é preciso para reforçar essa ba-

se? Exatamente o que se tenta fazer agora: rediscutir e corrigir os gastos e as funções do Estado brasileiro. Essa discussão não existia antes do Plano Real, ou porque a inflação mascarava tudo, ou porque continuávamos acreditando em mágicas — credulidade maior à esquerda do que à direita.

Censurou-se o Governo pela política das privatizações, pela liquidação dos bancos estaduais. Mas sem esses dados

de modernidade, não se enfrenta o ambiente internacional de agora. O velho Estado brasileiro, pegando esses ventos pela proa, iria a pique sem apelação — como aconteceu com as escleróticas estruturas do Leste da Europa. A realidade de agora é muito dura. À crise específica do Brasil soma-se uma crise que é do mundo inteiro: a crise do emprego, resultante de mudanças dramáticas nos processos

produtivos. O desemprego chegou para ficar — e a resposta a isso precisa envolver a sociedade inteira, e não só as instâncias governamentais.

Mas a dureza dessa realidade ia bater aqui, mais cedo ou mais tarde. A euforia do real só adiou esse encontro. Agora que ele aconteceu, querem nos fazer crer que ele é um fruto do próprio real.

Não é. Nesse sentido, o real ajudou a preparar o país para o choque, retirando uma série de vendas dos olhos — e uma

série de esqueletos do armário.

Não tivemos, por exemplo, nestes dias aflitos, crise do sistema financeiro (como aconteceu em outros países, quando passaram pela mesma aventura). O sistema já tinha sido saneado pelo Proer — que não foi, como se tem dito, uma armação para dar dinheiro a banqueiros. O que o dinheiro do Proer salvou foi o pequeno correntista, que, sem esse apoio, perderia as suas economias. O Proer ajuda a explicar a diferença entre um governo Collor e o Governo atual.

A economia brasileira continua desequilibrada. Mas, em quatro anos de real, foi forçada a abandonar os malabarismos do over e a investir em produtividade (o que não se limitou ao terrível exercício que é enxugar quadros de pessoal). O empresário brasileiro passou a sentir na pele o vento áspero que está soprando no mundo inteiro — com a agravante decorrente do Custo Brasil. Mais uma vez, o sofrimento foi e continua a ser enorme; mas a empresa típica brasileira deixou de ser a planta de estufa dos dias de inflação galopante.

São avanços no meio da tempestade. Nada garante o que vem por aí. Mecanismos precisam ser inventados — pelo Governo e pela sociedade — para atenuar o impacto da recessão. Mas fazer a apologia da catástrofe, em pleno vendaval, só porque isso dá satisfação a quem tinha contas a ajustar com o Governo, certamente não é o melhor caminho.

LUIZ PAULO HORTA é jornalista

O GLOBO  
09 MAR 1999